

Formulário de Resposta aos recursos - CES S39 PROCURADOR MUNICIPAL

Questão	Justificativa	Conclusão (Deferido ou Indeferido)	Resposta Alterada para:
TIPO 1: 34 TIPO 2: 39 TIPO 3: 40	<p>Mantém-se o gabarito em (D). A alternativa descreve exatamente o núcleo do art. 37, § 6º: responsabilidade objetiva do Estado perante a vítima e direito de regresso apenas quando houver dolo ou culpa do agente, ponto que a Constituição explicita de modo direto. Também acerta ao afirmar que o risco administrativo admite excludentes que rompem o nexo causal. É isso que a jurisprudência resume como possibilidade de o Estado afastar o dever de indenizar quando comprova caso fortuito/força maior, fato exclusivo de terceiro ou culpa exclusiva (ou concorrente) da vítima. Aqui entra a sua objeção do “fortuito interno x fortuito externo”: o item (D) não fala em “qualquer fortuito”, fala em fortuito externo e em fato de terceiro desvinculado do serviço. Isso já é o recorte correto, porque só o evento estranho ao risco da atividade rompe o nexo. Por fim, a crítica de que a alternativa não detalha omissão específica não gera nulidade. O enunciado pede o regime do art. 37, § 6º com excludentes e regressiva, e é isso que (D) entrega. As demais alternativas colidem frontalmente com o modelo constitucional e com a orientação do STF no Tema 940, que afasta a ideia de escolha “livre” do agente como polo passivo na ação indenizatória do particular. Fontes:</p> <p>STF – Tema 940 (Repercussão Geral): https://portal.stf.jus.br/jurisprudenciaRepercussao/tema.asp?num=940</p> <p>TJDFT – Excludentes no risco administrativo: https://www.tjdft.jus.br/consultas/jurisprudencia/jurisprudencia-em-temas/jurisprudencia-em-perguntas/direito-administrativo/responsabilidade-do-estado/a-culpa-exclusiva-da-vitima-ou-fato-exclusivo-de-terceiro-o-caso-fortuito-e-a-forca-maior-sao-causas-excludentes-da-responsabilidade-objetiva-do-estado</p>	INDEFERIDO	GABARITO MANTIDO

TIPO 1: 36 TIPO 2: 41 TIPO 3: 42	<p>A Súmula 473 consagra exatamente a autotutela em dois planos: anulação por ilegalidade e revogação por conveniência e oportunidade, respeitados direitos adquiridos e ressalvada a apreciação judicial. A alternativa III, ao dizer “assegura invalidação de atos ilegais e revisão de atos inconvenientes e inoportunos”, não altera o conteúdo jurídico do enunciado: “revisão”, em linguagem jurídica corrente, é gênero que abrange a revisão por invalidação (anulação) e a revisão por mérito (revogação). Exigir a palavra “revogação” como única forma válida, para então reputar o item falso, é formalismo excessivo e não gera ambiguidade material, porque o sentido técnico (controle pela própria Administração, retirando o ato por ilegalidade ou por mérito) permanece integralmente preservado. Além disso, o argumento de “ausência de alternativa com I e II apenas” cai por terra, pois o item III é verdadeiro e integra corretamente o conjunto de assertivas corretas. Já IV e V são manifestamente falsas: controle judicial não substitui o mérito administrativo por juízo de conveniência, e controle social por audiências públicas não produz deliberação automaticamente vinculante com efeitos executivos. Assim, existe alternativa que reflete o conjunto correto (I, II e III), que é a letra A. Não há vício de elaboração capaz de comprometer a unicidade da resposta ou a isonomia do certame, devendo o gabarito ser mantido.</p>	INDEFERIDO	GABARITO MANTIDO
TIPO 1: 39 TIPO 2: 38 TIPO 3: 34	<p>As objeções apresentadas não demonstram erro material nem ambiguidade capaz de afastar a correção das assertivas I e II, e muito menos de tornar a questão “insolúvel”. A assertiva I está adequada porque o mandado de segurança pode ser impetrado contra ato de autoridade e também contra ato de particular no exercício de atribuições do poder público, inclusive quando se tratar de agente de pessoa jurídica no exercício de funções públicas por delegação (concessionárias, permissionárias e demais delegatários), exatamente como prevê a Lei 12.016/2009. A palavra “delegatário” não cria controvérsia invalidante, pois ela é apenas uma forma sintética e consagrada de designar o particular que exerce função pública delegada, hipótese expressamente abrangida pelo regime do mandado de segurança. Quanto ao mandado de</p>	INDEFERIDO	GABARITO MANTIDO

	<p>injunção, a crítica também não prospera. A assertiva III não afirma exclusividade de um único “modelo decisório”; ela descreve a finalidade do MI (suprir omissão normativa que inviabiliza o exercício de direito constitucional) e registra que a solução se dá de modo concretista, por meio de decisão que fixa condições/parâmetros para viabilizar o exercício do direito no caso, o que é compatível com a Lei 13.300/2016 e com a prática jurisprudencial consolidada. A existência de variações (concretista individual, geral etc.) não torna a proposição falsa, porque todas elas partem da mesma premissa: a decisão injuncional não é mero reconhecimento abstrato da mora, mas provê disciplina provisória para permitir o exercício do direito, dentro dos limites definidos pelo órgão julgador. Assim, não há generalização excessiva nem “vagueza” apta a comprometer a objetividade da alternativa. Como III, IV e V são corretas e I e II também o são, permanece correta a alternativa (E), que contempla o conjunto integral de proposições verdadeiras.</p>		
<p>TIPO 1: 41 TIPO 2: 36 TIPO 3: 35</p>	<p>Mantém-se o gabarito na alternativa B (I, II, III e IV). A assertiva I não está errada: a LGPD autoriza o tratamento pelo Poder Público quando necessário à execução de políticas públicas “previstas em leis e regulamentos”. “Leis e regulamentos” são, tecnicamente, espécies de atos normativos. Assim, a redação “atos normativos” funciona como expressão guarda-chuva para esse núcleo permitido pela própria lei, sem criar base legal nova ou ampliar indevidamente o permissivo. A assertiva II também é correta. A LGPD prevê a figura do encarregado e suas atribuições típicas, incluindo atuar como canal de comunicação, orientar agentes de tratamento e interagir com a ANPD. Dizer que sua indicação integra governança é compatível com o próprio sentido normativo do instituto e com a forma como a ANPD estrutura o tema em materiais orientativos. Já a assertiva III está alinhada ao regime do RIPD, cuja lógica é justamente documentar tratamentos que possam gerar alto risco, com avaliação e medidas de mitigação, podendo ser exigido pela ANPD. Por fim, a assertiva IV reproduz o dever de transparência do controlador, que inclui finalidade, forma e duração do tratamento e informações sobre uso compartilhado. A V é manifestamente falsa, pois “interesse</p>	INDEFERIDO	GABARITO MANTIDO

	<p>econômico municipal” não legitima compartilhamento amplo de dados sensíveis sem hipóteses legais e salvaguardas. Fontes: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/L13709compilado.htm https://www.gov.br/anpd/pt-br/canais_atendimento/agente-de-tratamento/relatorio-de-impacto-a-protecao-de-dados-pessoais-ripd https://www.gov.br/anpd/pt-br/centrais-de-conteudo/materiais-educativos-e-publicacoes/copy_of_guia_da_atuacao_do_encarregado_anpd.pdf https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2018-08-14;13709!art9</p>		
TIPO 1: 43 TIPO 2: 40 TIPO 3: 37	<p>A afirmativa IV é compatível com a LAI e não “inventa” critério. A própria Lei nº 12.527/2011, ao tratar de informações pessoais, prevê hipóteses excepcionais de acesso por terceiros e inclui expressamente a “proteção do interesse público geral e preponderante” como fundamento de disponibilização, o que corresponde, em termos práticos, ao “interesse público prevalente” mencionado no item. Além disso, o regime não é automático, pois exige motivação e cautelas, inclusive com condicionantes de finalidade e responsabilidade pelo uso, o que está em linha com a redação do item IV. Também não procede a alegação de que a afirmativa V seria “incompatível” por a LAI só prever comissão federal. A LAI é norma geral aplicável à União, Estados, DF e Municípios, e autoriza expressamente que Estados, DF e Municípios, em legislação própria, definam regras específicas para operacionalização do sistema. Isso abrange, com naturalidade administrativa, a instituição de instâncias locais de avaliação/revisão de classificação e desclassificação, inclusive por comissões, desde que formalizem decisões e justificativas. O item usa “podem”, não “devem”, e por isso não colide com a existência da CMRI no âmbito federal. Conclusão: permanecem corretas as afirmativas I, II, III, IV e V. Mantém-se o gabarito na alternativa E.</p>	INDEFERIDO	GABARITO MANTIDO

TIPO 1: 45 TIPO 2: 33 TIPO 3: 31	<p>A alternativa (B) não é incompleta nem altera o comando do art. 122, porque ela reproduz exatamente a estrutura normativa prevista: “inscrição em dívida ativa suspende por cento e oitenta dias ou até a execução fiscal”, isto é, contempla expressamente as duas hipóteses concorrentes e o critério de cessação antecipada (distribuição da execução antes do término do prazo). Não há, portanto, supressão de elemento essencial, mas apenas redação sintética compatível com o padrão de questões objetivas, preservando a mesma regra de suspensão por 180 dias, com término antecipado se a execução fiscal for distribuída antes. Além disso, os demais segmentos da alternativa (B) também correspondem ao CTM: decadência quinquenal contada do primeiro dia do exercício seguinte em que o lançamento poderia ter sido efetuado, e prescrição quinquenal contada da constituição definitiva do crédito. Assim, existe alternativa plenamente aderente ao texto legal municipal, afastando a tese de ausência de gabarito e, por consequência, a pretensão de anulação.</p>	INDEFERIDO	GABARITO MANTIDO
--	--	------------	------------------